

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO COLÉGIO DE DIRIGENTES Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES 27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 20 de novembro de 2015

No dia vinte de novembro de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Có; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Centro-Serrano, sra. Adriana Pionttkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ricardo de Abreu Toríbio; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Linhares, sr. Adolfo Miranda; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Melina Souza Santesi; do campus São Mateus, sra. Inês Maria Moschen; do campus Serra, sr. Wagner Teixeira da Costa; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: 1. Informes; 2. Discussão das atribuições das Unidades Organizacionais dos Campi. Abre o item 1 e relata o recente retorno de delegação do lfes que visitou a Noruega, anunciando mais um acordo de parceria realizado. Explica que a reunião de hoje tem o intuito de discutir o regimento interno, demonstrando receio de o tempo destinado para sua realização seja insuficiente para concluir um trabalho tão extenso e complexo. Relata sua estada em Brasília para um encontro com o Ministro da Educação, o qual foi organizado pela senadora Rose de Freira, acrescentando que também participaram representantes da Ufes e que o intuito da reunião era abordar as restrições financeiras e orçamentárias. Revela que uma anterior negociação que conduziu pessoalmente sobre recursos com a Setec possibilitou a consecução do montante necessário para o funcionamento mínimo da instituição até outubro, no entanto, era mister angariar mais recursos para honrar com os compromissos de novembro e de dezembro. Relata que a conversa foi produtiva e que foi abordado o tema da lama no Rio Doce, revelando a insistência do Ministro para que o lfes participasse do processo de revitalização da bacia do Rio Doce de forma ativa, por meio de uma proposta de ação e não somente como grupo de pesquisa. Informa que o lfes tem representantes na Comissão Central do município de Colatina, um dos muitos atingidos pela tragédia, revelando que o maior problema é a destruição da foz do rio, localizada no distrito de Regência-ES, que é incalculável e que o lfes precisa participar do processo de reconstrução. Sobre as questões financeiras, informa que o Ministro se comprometeu em avaliar a situação do Ifes, revelando que pelo fato do orçamento ainda não estar aprovado, agrava a situação, pois além de não termos recursos suficientes para arcar com os compromissos, possivelmente será necessário desempenhar o que já foi

empenhado. Revela o impasse entre o Congresso e o Governo, alertando que tal situação pode ter resultado similar ao dos Estados Unidos, isto é, o país literalmente parou por 5 dias. Informa que a senadora Rose de Freitas tem boas perspectivas sobre a tramitação do processo, acreditando que o orçamento do ano que vem será aprovado, e revelando um pacto pelo qual não haverá cortes nas áreas da saúde e educação. Relata que, caso a senadora consiga que o orçamento seja aprovado, o Ministro deu garantias de boas perspectivas para disponibilização de recursos para o Espírito Santo. Relata que, tendo por base um estudo realizado pela Capes, o lfes foi a instituição que mais enviou alunos para o exterior por meio de bolsas do programa Ciência sem Fronteiras. A diretora Vanessa anuncia que, após dois anos de tentativas, o Cefor conseguiu um espaço físico para suas turmas e ministrar suas aulas, enfatizando que o contrato de locação do imóvel já foi assinado. O Presidente revela que o imóvel alugado é o antigo prédio da Faesa próximo ao campus Vitória, destacando que haverá mudanças na Reitoria, por exemplo, as reuniões do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes serão realizadas no prédio do Cefor, proporcionado que a sala de reuniões seja utilizada por algum setor administrativo da Reitoria e também um certo alívio físico para o campus Vitória. Passa a palavra para a servidora Lorena que relata que, geralmente, o relatório de gestão é elaborado com antecedência, porém, destaca que o TCU implementou um novo sistema por causa dos problemas do ano passado, no entanto, essa iniciativa ocasionou o atraso na publicação de portaria com as informações para o preenchimento do relatório a qual estava prevista, inicialmente, para dezembro. Relata que, a partir dos comentários iniciais, haverá muitas informações sobre conteúdo, ressaltando que tão logo a Prodi tenha as informações atuais ou possíveis alterações no preenchimento, estas serão encaminhadas aos campi e para as pró-reitorias. Informa que a Prodi vai encaminhar os modelos anteriores para que os campi iniciem o preenchimento, destacando que o sistema terá melhorias significativas. A diretora Denise relata que as datas descritas no relatório de gestão passada não coincidem com aquelas descritas na portaria de final de exercício, relatando que solicitou avaliação e verificação dessa inconsistência, visto que a parte financeira é constantemente abordada pelos auditores. A servidora Lorena informa que a portaria já foi publicada. A diretora Denise relata que os números ficam distorcidos, uma vez que o descrito no relatório não estar condizente por causa das datas díspares. A diretora Vanessa revela alterações no Cefor, pois anteriormente o relatório era vinculado à Proen, e agora não é mais, por causa de seus próprios cursos. A servidora Lorena afirma que essas alterações eram adequadas. O diretor Ricardo relata que o calendário de muitos campi está fora do calendário civil e isso os prejudicará no relatório de gestão, explicando que o número de alunos ingressantes será maior que os concluintes, afetando as informações do campus Vitória. A servidora Lorena garante que essas situações serão consideradas. O Presidente abre o item 2 e passa a palavra para o servidor Joubert que informa que desde 2014 tem sido desenvolvido o organograma para o correto funcionamento do sistema e que ano passado, a DGP iniciou o cadastramento do organograma no Siape, e que o lfes retornou o desenvolvimento do ERP junto a UFRN, revelando que o organograma já foi implantado, e que por isso, qualquer alteração terá impacto substancial no sistema. A servidora Moramey revela que a intenção foi apresentar o texto da forma mais simples possível, apresentando a quantidade de contribuições e destacando que algumas delas são conflitantes, por isso, nem todas fazem parte do documento. Informa que a apresentação e interpretação do texto ocorrerá por legenda, explicando que cores distintas representam as ações textuais frutos das contribuições, descrevendo a função de cada cor. Relata que foram realizadas correções nas nomenclaturas e aquelas que já são regulamentadas não serão discutidas agora. O Presidente revela que o Ifes é uma instituição complexa, originária da fusão de 4 autarquias, que dentre seus campi, há aqueles novos e outro com 107 anos. Informa que há campus que possuem somente cursos técnicos e outros que tem todos os níveis de ensino. Assim,

diante dessa universalidade institucional, afirma que todos tem que ceder um pouquinho para que se possa chegar a um organograma exequível. O diretor Ricardo questiona o item 2.1.8, uma vez que no organograma há duas coordenações separadas, desta forma, o regimento deve seguir esta estrutura, possibilitando que tanto aqueles que possuem uma única coordenação quanto aqueles campi que possuem duas possam inseri-las no organograma, sugerindo que se elaborem atribuições distintas conforme separação no organograma. O Presidente informa que a proposta é boa, mas que o resultado pode ser diferente do idealizado, pois na hora de juntar as caixinhas cada um pode fazer do seu jeito, acrescentando que isso é uma dificuldade que deve ser analisada para encontrar o melhor caminho. A servidora Moramey relata que é importante garantir que as atribuições de um campus sejam idênticas a dos outros para assegurar o correto fluxo processual. O diretor Carnielli concorda com o diretor Ricardo, acrescentando que é necessário determinar como seria nos campi em que não tem as duas coordenadorias e também como seria quem tivesse só uma ou a outra. O pró-reitor Márcio revela que as formas já estão separadas no artigo 32, acrescentando a necessidade de criar um artigo que explique o que deve ser feito nas situações em que não exista todas as estruturas, sugerindo que uma delas agrupe as as demais. O Presidente relata que ao se estabelecer um fluxo pode-se criar inconvenientes, pois se não houver as caixinhas haverá problema, ressaltando que devemos ter todas as caixinhas, dentro de uma maior. Acrescenta que, segundo a proposta do diretor Ricardo, todos os campi deverão ter todas as caixinhas, e naqueles campi em que elas não tiverem funcionalidade, estarão agrupadas dentro de uma caixa maior, possibilitando que, na hora do fluxo a mesma pessoa será cadastrada na mesma caixinha. O Colégio de Dirigentes concorda com a proposta. A servidora Moramey relata que o item 3.4.4 refere-se a essa proposta, esclarecendo que foi aprovado o que era global e não o que houvesse separação. Acrescenta que, na época, foi discutido que cada campus deveria ter todos os profissionais e que por ser global e não separado, era inviável ter todos os profissionais. Os dirigentes discutem sobre o atendimento a alunos e servidores. A dirigente Denise relata que a direção de ensino visa o atendimento ao aluno, resultando em um conflito óbvio. O Presidente revela que essas questões são decorrência da maneira pela qual a escola foi construída, destacando a impossibilidade de se fazer a separação, pois todos devem trabalhar em conjunto e que, eventualmente, um setor terá que realizar outra tarefa. O Colégio de Dirigentes decide que o item 3.4.4 não terá alterações. A servidora Moramey solicita retirar a palavra gradativamente do primeiro paragrafo do item 4.6.5 e incluindo-a no parágrafo 3º. Relata que as antigas autarquias mantiveram a auditoria e que no regimento geral ela responde a uma auditoria única que está no regimento geral. Após discussões o Colégio de Dirigentes faz as seguintes considerações sobre o regimento e sobre as observações encaminhadas pelos campi: artigo 16 inciso v, mantido; artigo 17 inciso III, mantido; artigo 18 inciso IX, nova redação, retirar a palavra "supervisionar"; artigo 19, excluir e retirar do organograma essa coordenadoria; artigo 20, solicitação de substituição. A servidora Moramey esclarece que o servidor precisa ter clareza de suas atribuições, por isso deve-se decidir se o documento será sintético ou detalhista. O diretor Joubert esclarece as razões e os princípios das sínteses. É aprovado a substituição no artigo 20. Artigo 21 inciso I, substituição de propor por planejar; artigo 21 inciso III, manter texto original; artigo 21 inciso IV, sugestão, exclusão e inclusão, aprovado. A servidora Moramey relata sobre o artigo 23, argumentando que o decreto não exclui a união entre arguivo e protocolo, mas para isso, deve se providenciar a capacitação dos servidores. O servidor Joubert informa o atual contexto do protocolo, explicando o projeto do MEC chamado PEN - Processo Eletrônico Nacional, que prevê a eliminação do papel, cujo software chamado SEI foi desenvolvido pelo TRF da 4ª. região. Relata que o MEC implementou esse sistema e posteriormente determinou que as autarquias o utilizassem, explicando que ele é composto por metadados que permitem ao cidadão rastrear dados em toda

administração federal, concluindo que no futuro, toda tramitação processual se dará por meio digital. O Presidente relata que o MEC implantou esse sistema em 3 meses. O Colégio de dirigentes não altera o artigo 23. No que tange o artigo 24: inciso II, manter original; inciso IV substituir. Considerando as solicitações de inserção de incisos, foi decidido que: primeira, segunda e terceira são aceitas; quarta e quinta são ignoradas. Artigo 25: inciso I, mantido; inciso VII, alterado; inciso IX e X, inseridos; inciso XI, enviado para o artigo da CLC; incisos XII, XIII, XIV, XV e XVI, inseridos; inciso XVII, inserido com a observação de se executar a conformidade contábil do campus. Artigo 26, inciso II, alterado; inciso VII, excluído; inciso VIII e IX, incluídos. Artigo 27, inciso I e IV, incluídos; inciso V, incluído até a expressão "serviços", depois eliminar; inciso IX, incluído; inciso X, alterado. Artigo 28, inciso XIII, inserido. A servidora Moramey relata que irá compilar o texto do campus Vitória e de Alegre com o regimento que está em aprovação para que os dirigentes possam apreciá-lo. Artigo 29, mantido. Artigo 31, inciso II, alterado; inciso III, eliminado; inciso VI, alterado; inciso VIII, alterado; inciso IX, alterado; inciso XIII, alterado. Artigo 32, inciso III, alterado; inciso IV, alterado; inciso V, alterado; inciso VI, inserido. A servidora Moramey relata que os artigos 47 e 52, aparentemente correspondem as mesmas coordenadorias e que por isso, o diretor Ricardo analisará o texto e proporá uma definição. Artigo 48, inserido. Artigo 49, inciso X, alterado; inciso XIV, alterado. Artigo 50, inciso VII, alterado; inciso IX, alterado; inciso X, alterado; inciso XII, mantido original. O Presidente ao verificar a impossibilidade de terminar o documento, decide marcar outra reunião em 11 de dezembro de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.